

Relatório OCDE: A avaliação do sistema de Ensino Superior em Portugal

(MCTES - Gabinete do Ministro, Dezembro de 2006)

Compreender a envolvente institucional dos SAP's para melhor planear o futuro (excertos & notas para os sócios da RESAPES-AP)

Os principais aspectos do relatório que têm implicações directas para os associados que desenvolvem a sua actividade profissional no ES são salientados neste breve resumo, e foram seguramente tomados em consideração pelo Presidente da APOP, que sugeriu à Direcção a consulta deste documento como orientador da estratégia da RESAPES-AP para os próximos anos:

1. “As mudanças introduzidas pelo **Processo de Bolonha** são consideradas (...) uma oportunidade inédita para as instituições promoverem a qualidade do ensino, bem como atrair novos públicos para o ES e alargar a ligação ao exterior, nomeadamente à sociedade em geral e às empresas em particular”.
2. “A **internacionalização** deverá ser uma componente integrante de todas as instituições do ES, estimulando a mobilidade de estudantes e docentes (...) e reforçando a actividade científica e académica em rede”.
3. “A necessidade de **articular o sistema de ES com o ensino secundário** e o sistema de C&T, assim como com o mercado de trabalho e os empregadores e a sociedade em geral, é identificada como prioritária”.
4. “O ES deverá responder às necessidades dos jovens que terminam o ensino secundário, mas também aos adultos que procuram cursos vocacionais, profissionais e **aprendizagem ao longo da vida**”.
5. “O financiamento público das instituições do ES deverá evoluir para um **sistema de contratos institucionais** com base em planos estratégicos e **indicadores de desempenho**, sempre ligados aos objectivos nacionais”.
6. “Os custos de estruturas típicos da acção social devem ser reduzidos, nomeadamente através da implementação de contratos institucionais que facilitem a optimização dos serviços directos e indirectos aos alunos”.
7. “Os actuais **níveis de insucesso em todo o sistema de ES**, apesar de comparáveis àqueles observados noutros países, devem ser objecto de particular

preocupação das instituições do ES. Todas as instituições deverão demonstrar níveis de qualidade em termos de liderança, desenvolvimento curricular, desempenho pedagógico, viabilidade financeira e capacidade de garantir o acesso aos recursos existentes”.

As recomendações propostas pela OCDE organizam-se em seis grandes tópicos: coordenação e gestão do sistema; governação e estatuto legal; financiamento e eficiência do sistema; acesso e equidade; qualidade e excelência nos sistemas de ES e de C&T e, finalmente, abertura das instituições à sociedade. Aos associados da RESAPES-AP poderão ainda interessar os seguintes aspectos, que de algum modo implicarão mudanças na realidade institucional portuguesa de ES:

- A ideia de que o funcionamento das instituições de ES deverá ser apoiado pela “profissionalização gradual de serviços de apoio ao desenvolvimento de políticas de ES”;
- A ideia de que as instituições de ES devem ser cada vez mais autónomas “em relação às suas próprias decisões de gestão e governação”, o que pressupõe a criação de conselhos com uma maioria de membros externos às instituições, que nomearão os Reitores das Universidades e os Presidentes dos Politécnicos, segundo padrões internacionais, devendo a gestão interna das instituições de ES ser assegurada por conselhos executivos com o máximo de 10 membros, incluindo um aluno, devendo estes ser internos à própria instituição. Adicionalmente, os financiamentos tenderão também a ser cada vez mais individualizados e dependentes de critérios de desempenho correlacionados directamente com os objectivos nacionais;
- A OCDE “aplaude a estratégia em curso de investimento em C&T, a qual deverá ser continuada até as metas inscritas no Plano tecnológico e no Compromisso com a Ciência do Governo serem atingidos”, o que pressupõe uma certa continuidade no desinvestimento relativo do MCTES relativamente ao ES, por contraponto com o investimento em C&T;
- A abertura à sociedade a que o relatório da OCDE se refere deverá traduzir-se na necessidade de proceder a “consultas sistemáticas e alargadas com empregadores, associações profissionais e estudantes sobre mudanças e padrões de empregabilidade, bem como de expectativas ligadas ao mercado de trabalho”.